



Do muro à letra impressa:

Resistência à ditadura e fundação do alternativo Informação em Ijuí/RS¹

Eloísa Joseane da Cunha Klein²

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos

Resumo

O texto trata da fundação e primeiras características do jornal alternativo Informação, publicado em Ijuí entre 31 de outubro de 1975 e 9 de abril de 1976, com um total de 22 exemplares. Recorre a uma contextualização que remete às características do tempo e do lugar no qual o jornal foi fundado, enfocando relações sociais estabelecidas em torno da imprensa, política, cultura, educação, resistência à ditadura. Faz algumas observações gerais sobre como era feito o jornal, quais as questões tratadas pelo alternativo e de que forma estas questões se relacionavam aos contextos local e brasileiro.

Palavras-chave

Ijuí; semanário Informação; jornalismo alternativo

Corria o ano de 1975. O recém-chegado jornalista Jefferson Barros encontrou o militante político e advogado Ben-Hur Mafra em meio às discussões travadas no diretório do MDB de Ijuí, noroeste do Rio Grande do Sul. O município tinha 60 mil habitantes e alguns lugares comuns nos quais se encontravam as pessoas e grupos que visavam a redemocratização do país. Foi assim, por meio de encontros e conversas, que surgiu a idéia de formar um jornal alternativo, aos moldes daqueles que já circulavam pelo país inteiro, como o Pasquim, o Movimento e o Opinião³.

Das palavras dos muros, que silenciosamente gritavam “abaixo à ditadura”, para a letra impressa no jornal: este foi o caminho do Informação. Nasceu com nome composto: Semanário de Informação Política, mas a redução Informação foi logo adotada, não na forma, mas nas referências ao alternativo. O jornal teve à frente Ben-Hur Mafra, como diretor-presidente e principal sócio-proprietário, e Jefferson Barros,

¹ Trabalho apresentado ao grupo temático História da Mídia Alternativa, do V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e Ciee, São Paulo, 2007.

² Jornalista. Mestranda, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Bolsista CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Graduada em Comunicação Social pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. eloisa_klein@yahoo.com.br

³ Jefferson Barros e Rosa Maria Bueno Fischer, que também atuou no Informação, eram colaboradores dos jornais Opinião e Movimento.



como editor-chefe. Pressionado pela conjuntura política e por dificuldades financeiras para garantir a confecção e impressão, o *Informação* teve apenas 22 edições em Ijuí.

A ousadia da proposta e a qualidade do jornal, no entanto, fizeram com que um grupo de cem pessoas, de todo o Rio Grande do Sul, decidisse colaborar financeiramente para dar continuidade à publicação, que passou a ser feita em Porto Alegre. O primeiro número circulou em 22 de julho de 1976. Em fevereiro de 1977, novamente intimidado por dificuldades financeiras, o alternativo deixou de circular definitivamente, depois da publicação de 23 edições, sob o nome *Jornal Informação*.

As linhas que se seguem dedicam-se a contar sobre o singular momento em que o jornal foi fundado, num município distante 400 Km da capital gaúcha, e quais as principais características desta fase inicial da publicação – que chamaram a atenção de militantes políticos, membros da academia e jornalistas de várias partes do estado⁴.

A fundação de um meio de comunicação nunca ocorre por acaso. Ela dialoga com necessidades reais e simbólicas, do que se entende a importância do contexto no qual *Informação* foi fundado e publicado. O jornal está inserido numa circunstância espaço-temporal, e sua superfície textual contém marcas que remetem a esta circunstância (VERÓN, 2004). Como todo jornal, faz parte de uma “rede de informações” (MOUILLAUD, 1997, p. 32) há muito iniciada, mas sempre em transformação, e interage com esta rede continuamente.

A publicação do *Informação* relaciona-se a um contexto macro de ditadura, censura à imprensa, restrições de direitos civis e políticos e também de crise econômica e aumento da pobreza – embora nestes anos a modernização industrial e urbana havia se intensificado. É também um contexto de modernização da imprensa brasileira (em padrões técnicos e estilísticos) e do fortalecimento da imprensa alternativa.

Na Ijuí dos anos 1970, misturavam-se as disputas macro, entre MDB e Arena e entre as várias correntes internas de ambos os partidos, e uma disputa local, envolvendo desde desafetos pessoais até os posicionamentos políticos e possibilidades ou não de inserção em alguns dos meios de comunicação. Havia o contexto de censura (e a orientação política dos meios, que inibia a publicação de algumas notícias), e também um ambiente local em que muitos ou ignoravam as arbitrariedades do regime ou se posicionavam favoravelmente às ações dos militares. Deste lugar é que surge a primeira semente do *Informação*, justamente por haver uma insatisfação de certos setores:

⁴ Este estudo faz parte de uma pesquisa maior em execução no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, nível mestrado.



professores universitários, estudantes, militantes, pessoas que freqüentavam os mesmos ambientes de discussão e divertimento.

Da parte da militância política, a vitória do MDB nas eleições para a escolha de deputados em 1974 havia deixado mais espaço para os defensores da idéia de apoiar a distensão e a lenta devolução do poder aos civis. Ao mesmo tempo, com a promessa de menor perseguição às esquerdas, as divergências políticas começavam a se manifestar com intensidade dentro do MDB. Isto fazia com que se tornasse mais aberto o debate sobre o que é democracia, o que se pretendia com ela, quais os problemas gerais que se buscava resolver. Este debate se manifestava na forma de opinião, análise, crítica e enquadramento noticioso nos alternativos.

Desde o nome *Semanário de Informação Política* já se nota um enquadramento sob o qual se pretende falar: a intenção de informar desde um ângulo político sobre os mais variados aspectos da vida cotidiana. *Informação* é um jornal alternativo de resistência à ditadura. As marcas que explicitam esta característica no jornal são várias: tirinha do Edgar Vasques sobre a fome, reportagens retratando o cotidiano de pessoas simples, repercussão de notícias da imprensa comercial e alternativa falando sobre casos de perseguição, tortura e assassinatos, matérias investigativas sobre crimes políticos e sobre ações do governo ditatorial, desenhos de trabalhadores desesperados, entre outros.

Como os demais jornais alternativos, o *Informação* possuía, além “de uma face militante (de resistência e oposição ao regime)” um caráter informativo, “procurando ultrapassar uma postura de simples suporte de uma opinião, em benefício de um trabalho mais complexo de coleta e de análise sobre a diversidade do local” (BRAGA, 1991, p. 229). Por isso, estes jornais diferenciam-se do jornalismo partidário e militante, que, “independente das determinações econômicas do mercado, suportado financeiramente pelas correntes políticas, era um espaço de expressão para todos os que, engajados politicamente, não encontravam na imprensa comercial as condições de militar como desejariam” (BRAGA, 1991, p. 227). O *Informação* manifestava sua militância pró-democratização, com vínculo grande no partido de oposição consentida, ao mesmo tempo em que dedicava-se à reportagem e notícias sobre a comunidade.

A mobilização cultural e política que impulsionou a criação do *Informação*, em Ijuí, iniciou duas décadas antes, com a fundação do núcleo de ensino superior chamado Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI). Em 1957, surgiu a Cooperativa Regional Triticola Serrana (Cotrijuí), criada junto a um rol de iniciativas pela “modernização da agricultura”, com a introdução de sistemas mecanizados de plantio e



colheita e a preferência às culturas de soja e trigo. Estas instituições estiveram envolvidas em três discussões importantes: educação, comunitarismo e associativismo.

As relações sociais e a formação de grupos foram fortalecidas nos anos 1960 com a criação do Movimento Comunitário de Base, cujo fundamento era a educação de adultos para a ação coletiva organizada, como forma de resolver os problemas comumente vivenciados. Sob este princípio, foram criados núcleos de base entre moradores da cidade, as Associações de Amigos, e do interior – que reforçaram a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e mais tarde serviram para a organização da Cotrijuí e ampliação do número de associados. As Associações de Amigos criaram o Conselho de Bairros de Ijuí e, em 1968, havia 38 núcleos de trabalhadores rurais, que reuniam-se mensalmente para tomar medidas conjuntas.

A atuação coletiva servia para que cada pessoa descobrisse seu valor pessoal e sua responsabilidade diante do grupo, “assumindo um papel significativo” na “decisão e execução das tarefas que lhe competem” (BRUM, 1968, p. 34). A socialização, neste momento, ocorria nas instituições. Este tipo de relação, entre o ator e uma representação institucional, está vinculado à idéia de sociedade na qual o ator é o sistema – e o sistema é produzido pelos atores, do que emerge o entendimento de que “a ordem se explica pela ação social socializada” (DUBET, 1996, p. 4).

Dáí perceber a participação em grupos como uma grande “tarefa” e como uma promessa de melhoria nas condições de vida e de desenvolvimento. O projeto de educação comunitária, como prefere denominar Cândido Grzybowski em sua tese de doutoramento (1973), tinha como pano de fundo o ideário desenvolvimentista, e pretendia “suscitar a consciência da realidade, desenvolver a iniciativa e formas de ação que visem a mudança da situação” (GRZYBOWSKI, 1973, p. 6). Argemiro Jacó Brum, explica que o grupo que fundou o MCBI pretendia “procurar algo novo, com a fisionomia de Ijuí e o espírito do seu povo, a partir da sua realidade concreta” (1968, p. 37). A experiência do movimento repercutiu muito no município, com o envolvimento de professores, estudantes e líderes sindicais nas discussões e formação dos grupos.

Esta preocupação parece bem presente nas primeiras edições do *Informação* e pode ser percebida nas matérias de cotidiano desenvolvidas por Rosa Maria Bueno Fischer numa seção chamada *Coluna Povo*. Em várias ocasiões, a entrevistadora recorria à temática da educação, numa visão justificada pela possibilidade de mudança de situação de vida do entrevistado, ou, em alguns casos, fazendo uma associação indireta entre ausência de escolaridade e vulnerabilidade social. A idéia da nucleação de



base foi também tomada por setores amplos da sociedade nos anos 1960 e 1970. A própria tentativa de resistência pela formação dos Grupos de 11 sinaliza a preocupação com a construção da mudança pela base. Não é sem motivo, assim, que o primeiro editorial do *Informação* (Ijuí, 1975, nº 1, p. 2), salienta que

é decisivo também que se criem condições para uma efetiva democracia de base, na qual o povo possa participar dos debates e das decisões com a autoridade de quem sofre e paga pelos índices de desenvolvimento econômico, que não têm equivalido ao proporcional desenvolvimento político e social.

Com o Movimento Comunitário de Base “os moradores de bairros, através de seus Conselhos, estabeleciam um contato com as autoridades municipais, discutindo diretamente ou levando até à prefeitura as suas principais questões” (FRANTZ, 2000, p. 24). Também os demais movimentos foram fortalecidos pela formação contínua do MCBI, como o movimento sindical, que enfrentava anos de estagnação e redução à atividades paternalistas devido às limitações impostas pelo regime militar⁵. A formação das Associações de Amigos visava justamente a organização dos trabalhadores: os operários, empregados do comércio e serviço moravam nos bairros.

Para possibilitar que as reuniões ocorressem, a Equipe Central de Pesquisa e Reflexão teve de aprender a ir até os bairros, trabalhar a formação de lideranças e, inicialmente, coordenar muitas atividades. Assim, professores universitários, estudantes e líderes sindicais iam ao encontro dos trabalhadores. O espírito de engajamento comunitário foi apreendido pelas novas levas de estudantes que ingressavam na FAFI e pelos professores que chegavam, vindos de diversas partes do Brasil. Em sintonia com este espírito de engajamento, muitas vezes a pauta do *Informação* era construída nos bairros e os jornalistas tentavam colocar no jornal matérias que respondessem às demandas da comunidade, como recorda Rosa Maria Bueno Fischer (2005).

As disputas político-partidárias sempre foram acirradas em Ijuí. Armindo Pydd, político vinculado à Arena, na época, fez o seguinte relato: “Numa eleição foi enviado um espião para um comício, para gravar as falas, escondendo-se embaixo de um galinheiro. À noite, quando ele foi mostrar a fita, só se escutava rãs e um que outro urinando, foi uma risada só!” (Revista *Informação*, novembro de 2004, nº 56, p. 10).

⁵ A perseguição às lideranças intimidava a participação no sindicato. Líderes foram presos diversas vezes, como se observa no depoimento do metalúrgico Genir Bertoldo: “Às cinco e meia da tarde veio uma tropa do exército, com baionetas, me buscar. Era a primeira prisão. Não avisaram minha esposa, que morava a uma quadra da Imasa. Fui liberado para votar. Fiquei um dia em casa e, na madrugada seguinte, nova prisão. Diziam que eu era o culpado, porque só na empresa se utilizava tinta vermelha e eu era o comunista” (Revista *Informação*, 2004, nº 51, p. 21)



Mas certamente não só de momentos pitorescos e engraçados foi feita a política em Ijuí. O advogado e militante político Ben-Hur Mafra teve sua casa atacada diversas vezes, uma delas a tiros. Beno Orlando Burmann (*Revista Informação*, novembro de 2004, nº 56, p. 10), um dos primeiros deputados de oposição a ser cassado após o Golpe, relatou algumas das situações que vivenciou durante a ditadura:

Quando este [o golpe] aconteceu, pensava que fosse durar três ou quatro anos. Acabou durando 21. A liberdade desapareceu, a pessoa não fazia nada e era presa. Eu tinha me eleito deputado em 1962, fui cassado em 1964 e preso três vezes, aqui [em Ijuí] e no Mato Grosso. Nunca tinha pensado na luta armada, mas depois da cassação e clandestinidade, passei a articular com alguns militares. Tínhamos oficiais prontos para fazer um movimento, que não chegou a existir. Não queríamos guerrilha. Na clandestinidade, não podíamos embarcar em rodovia ou ferrovia. Por isso, ajudei muitos a saírem de carro do país. Não sei quantas Bíblias eu comprei, começava a conversar sobre capítulos e versículos.

Quanto aos resultados das urnas, trabalhistas e udenistas e mais tarde emedebistas e arenistas alternaram-se no executivo municipal. Entre 1961 e 1964, o prefeito foi Beno Orlando Burmann (PTB), depois eleito deputado federal. Entre 1965 e 1968, Walter Müller (Arena) comandou o executivo municipal. Depois foi eleito Sady Strapazon (MDB), que exerceu o cargo entre 1969 e 1973, seguido de Emídio Perondi (Arena), entre 1973 e 1977.

Estas administrações marcaram um período de grandes mudanças na infraestrutura do município. Em 1959, foi construída a hidroelétrica Passo de Ajuricaba, que garantiu que nos anos seguintes fosse possível aumentar os investimentos em eletrificação, nos bairros e no interior. Desenvolveu-se a canalização de redes de água, a perfuração de poços artesianos em comunidades do interior e distritos. Escolas foram construídas, houve o calçamento e pavimentação de ruas, construção de casas populares e praças, realização de concursos públicos para contratação de professores e funcionários. Estas atividades exigiram investimentos elevados pela administração municipal, o que exaltou os ânimos das correntes políticas, que faziam denúncias, de parte à parte, sobre desvios de dinheiro ou abusos na contratação de funcionários e no pagamento de salários (LAZZAROTTO, 2002).

Ao mesmo tempo em que havia uma atenção para o avanço dos serviços básicos, havia o êxodo rural e o aumento expressivo e rápido da população urbana, que tornavam mais sérios e visíveis os problemas do município. Esta discussão foi incorporada pelo *Informação* (Ijuí, 1975, nº 6):

Na região polarizada por Ijuí, atingindo 17 municípios, na década passada, a população total aumentou 18,67%, enquanto a população urbana passou de 50.615 para 79.283, com um crescimento de 56,60%; a própria cidade de Ijuí aumentou em 67,54% sua população urbana, enquanto o total do município somente aumentou em 16,85%, havendo um decréscimo de pessoas nas áreas rurais: de 26.733 para 21.066.

As reportagens do jornal freqüentemente se voltavam a problemas de infraestrutura (falta de água, de luz, habitações precárias, custo e condições do transporte, estradas mal conservadas), à temática da educação (carência de elementos no ensino profissionalizante, atividades da Fidene), da agricultura (restrição da venda de leite cru, uso de venenos nas lavouras, cotação do soja), dos meios de comunicação e restrição de informação, da cultura (ensaios, contos, resenhas ou indicações de filmes). A pauta freqüente das dificuldades de agricultores e pequenos comerciantes, a falta de emprego, os problemas enfrentados nos setores da saúde, educação, questionava o milagre econômico, mostrava a miserabilidade e criticava às ações do governo.

A abordagem da temática do drama social⁶ e cidadania foi freqüente no *Informação*, tendo na Coluna Povo o principal espaço para falar de personagens do cotidiano social de Ijuí. A seção não tinha o mesmo caráter que hoje se atribui às colunas, como espaço de comentário sobre algum fato do cotidiano: era o lugar das reportagens sobre a vida de uma pessoa singular e de como esta enfrentava os problemas comuns a seu tempo.

Apesar do enfoque em histórias singulares, as reportagens encontravam o social desde a escolha dos temas abordadas. Nos anos 1970, em Ijuí, a abertura do setor de comércio e serviços para mulheres era novidade. Como também eram novos a presença de tantos meninos engraxates, crianças trabalhadoras e os problemas do desemprego e subemprego. Mas havia também problemas de décadas, como o trabalho duro dos peões, que se apresentou pela história de Hipólito Paz (*Informação*, Ijuí, 1976, nº 16, p. 11), dos imigrantes que foram de certa forma atirados em terras de mata fechada, onde trabalhavam para abrir picadas em troca de comida, como na história contada por dois imigrantes poloneses (Ijuí, 1976, nº 17, p. 11).

E havia uma classe média resignada, cega às más condições de trabalho que muitas vezes ela própria impunha aos empregados, e indiferente à pobreza que se avolumava. Com alguma ironia é que esta temática foi abordada, pela história de uma

⁶ Ricardo Kotscho, ao reunir seus trabalhos e análises no livro *A Prática da Reportagem*, deparou-se com a dúvida de como chamar a área que corresponderia à “reportagem social”, mas que não poderia ter esta denominação porque, “no Brasil, lembra coluna social, a vida mundana na alta sociedade, exatamente o oposto”. Optou, então, por chamar de “drama social”. Para fins desta pesquisa, este será o termo para identificar matérias sobre a vida cotidiana nas periferias, a desigualdade social, o cotidiano dos trabalhadores.



adolescente despreocupada da vida (Ijuí, 1975, nº 10, p. 11) e de um farmacêutico que se referia aos trabalhadores que descansavam na área verde às margens do Rio Ijuí, da qual também desfrutavam os hóspedes do Hotel Fonte Ijuí, como “coitadinhos”, que vinham em “excursõezinhas” e que deixavam o local “um pouco poluído” aos domingos (Ijuí, 1975, nº 15, p. 11).

A preocupação em falar dos problemas da vida cotidiana ocorria em outras seções, como nas notícias e reportagens inscritas sob a cartola “comunidade” ou “bairros”. As informações vinham de membros dos subdiretórios do MDB, das Associações de Amigos ou de reuniões de pauta descentralizadas. As notícias publicadas procuravam repercutir alguma demanda das comunidades: “500 pessoas pedem água”; “Ônibus só para 7.000” (Ijuí, 1975, nº 2, p. 10). Outras refletiam sobre as condições de alguns grupos: “Bugre é gente?” (Ijuí, 1975, nº 4, p. 12); “Quem apóia os leiteiros?” (Ijuí, 1975, nº 3, p. 12); “O pacto de Canheró e Borges de Medeiros”, sobre os kaingangs (Ijuí, 1975, nº 10, p. 12). As primeiras são caracterizadas por uma maior recorrência à entrevistas, as demais preservam um caráter reflexivo.

Por meio destas abordagens críticas, analíticas e reflexivas, o Informação procurou distinguir-se dos demais jornais do município, como explicitado no primeiro editorial, que refletia que o jornal “propiciaria ao leitor “não tanto a informação diária (...) e sim a grande reportagem, a informação analisada, o artigo – de consumo menos rápido” (Ijuí, 1975, nº 1, p. 2).

Boa parte dos meios de comunicação de Ijuí foram criados a partir dos anos 1950, ano da fundação da Rádio Repórter. Em 1959, foi fundada a Rádio Progresso, através da associação de profissionais, empresários e políticos, como Beno Orlando Burmann (posteriormente deputado pelo MDB). Em 1973, foi criado o Jornal da Manhã, por um grupo de empresários, entre os quais Emídio Perondi, Wilson Mânica e Edmundo Pochman (vinculados à Arena). Estes meios de comunicação somaram-se ao já tradicional “Correio Serrano”, fundado em 1917.

No final dos anos 1960, os meios de comunicação atraíam profissionais do ramo para a cidade. Era um período em que a grade de programação das rádios estava sendo afirmada, com definição de horários fixos para os noticiários, comentários, debates e transmissões. À tradicional experiência dos programas de músicas foram acrescentadas novelas, noticiários e transmissão de festivais. Os jornais buscavam a consolidação do estilo de editoração, aos moldes do jornalismo de referência. Em 1969, o prefeito Sady Strapazon (MDB) instituiu a prática de conceder entrevistas à imprensa, pontualmente



às dez horas da manhã, para transmitir informações sobre as atividades da administração municipal. Neste horário, jornalistas de todos os meios de comunicação se encontravam e conversavam sobre os acontecimentos do dia.

Outros ambientes marcavam um ponto de diálogo entre jornalistas, políticos, estudantes, professores, como o Café América, situado ao lado do Cinema América, onde tradicionalmente se debatiam assuntos diversos, como recorda José Guedes, que foi redator da Rádio Progresso: “Essas coisas aconteciam muito aqui junto da gente. Não era lá em Brasília que o poder militar tomava conta e fazia e acontecia. Não, era aqui, junto com a gente, tivemos um deputado nosso cassado” (2007). Ele recorda que as notícias sobre cassações não podiam dar muitos detalhes. “De maneira alguma [se podia discutir o assunto]. Aí você saía da rádio, ia pra praça, pro Café América, que era ponto de encontro, aí sim as pessoas conversavam. Ali se encontravam políticos, não políticos, jornalistas”.

Nas rádios, a ação da censura era mais sentida pelos jornalistas responsáveis pela redação das notícias do que pelos locutores, encarregados da apresentação dos programas e noticiários. José Guedes recorda a ação de um major do exército, que em 1975 ainda rasurava os textos redigidos para o noticiário principal da Rádio Progresso:

Um pouquinho antes do noticiário das 12h 30min chegava um major do exército, com uma caneta tirada do bolso, e pegava as notícias (...). Eu já deixava ali em cima de uma mesa porque sabia que dali a pouco ele estava lá. (...) Então, ele chegava e censurava tudo, e o noticiário que era para ser de quinze minutos acabava sendo de cinco minutos.

Nesta rádio, um dos membros da direção fazia a leitura de todas as notícias elaboradas e atenuava o que poderia representar risco de fechamento da emissora, como havia acontecido em duas ocasiões. O primeiro episódio de fechamento foi consequência da denúncia da ligação com o MDB, em 1964. A rádio permaneceu fechada por 21 dias e teve alguns diretores presos. Foram necessárias muitas negociações e a concordância em se adaptar “a nova situação do país” e efetuar “um controle”. O que de fato ocorreu, como atesta o depoimento de um dos diretores no período: “houve toda uma fiscalização, a gente tinha que cuidar, eu me lembro que eu e o Valdir éramos encarregados de controlar tudo o que era noticiado, fiscalizar antes e qualquer coisinha suspeita, riscava, tirava fora” (COIMBRA, 2002). O segundo episódio de fechamento foi consequência da não renovação da concessão. “A rádio fechou de noite e no outro dia estava lacrada, estava premissa, por ter acabado o prazo

de validade da sua concessão, era por isso. Eles aproveitaram um fim de prazo da concessão, que era sempre renovado, e a fecharam”, como recorda José Guedes.

Esta ação direta de censura, em Ijuí, ocorreu de forma mais acentuada sobre a Rádio Progresso. Mas é importante notar que a rádio não tardou a se “adequar” ao Regime e usou largamente da auto-censura. É claro que para os demais meios de comunicação havia alguns impedimentos. Os jornalistas lembram das listas de músicas que eram proibidas de serem tocadas e de algumas palavras que não podiam ser usadas.

Mas além da censura, outro elemento direcionava o tipo e o conteúdo das notícias divulgadas: a orientação política de cada um dos meios de comunicação. Havia, na cidade, uma rádio ligada a políticos da Arena, a Repórter, e outra ligada a Políticos do setor trabalhista do MDB, a Progresso. O Jornal da Manhã tinha orientação arenista e o proprietário do Diário Serrano também pertencia à Arena. A disputa entre os setores internos da Arena, na eleição para prefeito, em 1972, provocou uma crise entre os militantes arenistas. Membros do setor que não se sentia beneficiado pela cobertura do Correio Serrano organizaram-se e compraram o Jornal da Manhã, de Santo Ângelo.

Certamente esta orientação editorial também influenciou na formação da proposta do Informação: os dois jornais comerciais do município estavam ligados à Arena. Quanto ao Informação, seu grupo fundador era composto por pessoas estreitamente vinculadas a Ben-Hur Mafra, Jefferson Barros e mais alguns professores da instituição de ensino superior. O grupo formado em torno do jornal tinha um vínculo forte com o MDB, até porque toda a oposição estava de uma forma ou outra dentro do MDB, embora havia quem ‘militasse por fora’ do partido⁷. A identificação do jornal com o MDB não significa a redução a uma abordagem política. O fato de haver um olhar para o drama social, para os grandes problemas tomados a partir do ângulo de quem os vivenciava, mostra uma preocupação em construir matérias sobre acontecimentos – e discuti-las – a partir das demandas de um tempo e lugar.

As problemáticas vividas pela oposição durante a ditadura estavam presentes no jornal, como a questão dos núcleos de base do partido (Ijuí, 1975, nº 3, p.10), ou a discussão sobre fazer oposição ou contestação, sobre as limitações institucionais do legislativo, tratadas em entrevista com Ulysses Guimarães (Ijuí, 1975, nº 4, p. 3). Estas questões são sistematicamente recuperadas, como num artigo de Jefferson Barros: “a democracia não pode ser uma dádiva dos deuses, nem um resultante das equações

⁷ Havia uma diversidade, que não cabia no MDB, e que dava o caráter de resistência à ditadura, que se fazia por várias frentes, uma delas, a cultural, na qual o exercício do jornalismo se inscreve.



elitistas, e menos ainda uma concessão estatal; ela somente pode ser democracia na medida em que for articulada nas bases da sociedade civil” (Ijuí, 1975, nº 6, p. 6-7).

Além da preocupação com o debate político que se travava internamente no MDB e deste com o partido situacionista e a sociedade, o Informação teve o cuidado constante prestar esclarecimentos sobre eleições, partidos, conjunturas. É o caso dos artigos “A política e o povo”, cujo olho sintetiza o texto: “como o povo pode participar da política impulsionando o País para a verdadeira Democracia” (Ijuí, 1976, nº 15, p. 12), e “Afinal, o que é o sistema?” (Ijuí, 1976, nº 13, p. 3), de Adelmo Genro Filho.

A tentativa de esclarecer os leitores sobre temáticas específicas era feita ora por meio de artigos, crônicas e contos, ora por notícias e reportagens, que viam num acontecimento a oportunidade para discutir um tema. A política era trabalhada com formas e teores diversos. Era espaço para discutir as posições de correntes do MDB, para fazer a crítica à invasão das multinacionais, consequência da modernização que não era discutida pelo povo, espaço para a sustentação de idéias que ancoravam a “verdadeira democracia” na participação popular. Espaço que se pretendia pluralista, como notou Bernardo Kucinski (1991, p. 75).

Estas discussões, que eram publicadas de formas diversas no jornal, eram feitas de forma contínua em outros ambientes pelos jornalistas e colaboradores, especialmente por partilharem momentos de encontro, atividades culturais e diversão. Tendo em vista a especificidade da época, a movimentação em torno de atividades culturais e sociais era intensa em Ijuí. A cidade contava com dois cinemas: o Cine América e o Cine Serrano. Cada qual tinha uma sessão diária de exibição de filmes de segunda-feira a sábado. Já aos domingos, o Cine América exibia três sessões e o Serrano duas sessões⁸. Além da sessão de sexta-feira, às 22h 30min, que exibia filmes ligados à arte. Esta existiu entre 1972 e 1980, tendo finalizado pela diminuição gradativa do público.

As sessões diárias eram concorridas e os profissionais e colaboradores do Informação eram assíduos frequentadores do cinema, bem como uma parcela significativa de secundaristas e universitários. A reunião do grupo prosseguia nos barzinhos da região, alguns próximos ao cinema, como o Patinhas, que ficava a 50 metros da Praça da República, outros próximos à faculdade. O constante encontro fazia com que a discussão sobre o Informação, quando de sua fundação, ocorresse naturalmente, como assinala Deonísio da Silva (Revista Informação, 2005, nº 59, p.8),

⁸ Esta sessões eram vigiadas por representantes do exército.

que era colaborador do jornal. “Por ser a cidade pequena, todos nós nos encontrávamos todos os dias. Mas em geral nas mesas do Bamberg, um bar da avenida principal, depois das aulas noturnas. Ou nos Dois Pingüins. No luminoso estava escrito ‘dois pinguin’”.

A temática da Cultura também participa das páginas do jornal e dá suporte para discussões políticas e conjunturais do Rio Grande do Sul e do Brasil. Os contos e poesias refletem sobre as relações sociais, a desigualdade entre pobres e ricos, os dramas do cotidiano. A crítica literária e artística pretendia motivar os leitores do jornal a recorrer à arte como forma de expressão e compreensão da realidade social.

No Informação, as páginas 6 e 7 cumpriam basicamente a função que o Caderno de Cultura ocupa em um jornal da imprensa de referência. Nela havia contos, poesias, análises sociais, crítica literária, de cinema, de televisão, resenha de livros. Os principais contistas eram Deonísio da Silva e Luiz Sérgio Metz. Quando o jornal faz um balanço do ano de 1975 (Ijuí, 1975, nº 9), a seção Cultura também é reservada para uma avaliação do setor. Outras reflexões voltam-se para temas contemporâneos, como a publicação de horóscopos, e informações obtidas por meio de pessoas que visitavam outros países e davam entrevistas e depoimentos.

O rodapé da contracapa ficava por conta das tirinhas de Rango, personagem de Edgar Vasques. A tirinha trazia temáticas variadas, como a fome, a situação política, a introdução de tecnologias (como a TV a cores), a dificuldade de acessar serviços básicos como a rede pública de saúde, entre outros. Outro elemento interessante era o uso dos desenhos da artista plástica Inge Mafra, publicados na capa do jornal em muitas edições. Em algumas ocasiões as charges eram usadas como ilustração de textos analíticos, de opinião ou notícias. O que se pretendia mostrar pela associação à arte era um cotidiano que precisava ser sentido e vivido para ser discutido. Talvez pretendendo chegar ao objetivo expresso por Wanderley Geraldi, como parte da atividade de escritor, de “denunciar a realidade. Não apenas retratá-la, porque denúncia é mais do que retrato, o retrato é estático; a denúncia é movimento” (Informação, Ijuí, 1975, nº 2, p. 6).

O Informação projetava expandir-se para a região e com isso a equipe foi ampliada, ao final de 1975, com Fernando Saes e Adelmo Genro Filho. A presença dos novos jornalistas acentuou as disputas internas pela definição da linha editorial, que culminaram com a mudança do editor. Isso fica evidente pela modificação imposta ao estilo da editoração do jornal. Adelmo Genro Filho formava-se em jornalismo naquele ano de 1975 e trazia consigo a vasta experiência junto ao movimento estudantil e ao



setor jovem do MDB de Santa Maria. As discussões internas do jornal podem ter sido um dos aspectos que influenciaram no término da publicação em Ijuí.

Algumas das disputas internas travadas podem ser percebidas por textos publicados na seção opinião ou na Carta ao leitor. No primeiro editorial, é desta forma que o jornal se apresenta: “Um jornal não é o resultado dos desejos de uma individualidade”. É produzido na possibilidade de fazer a “exposição das expectativas, das aspirações, das opiniões e das exigências de uma comunidade, organizada de forma liberal e democrática. (...) Jornal é sinônimo de democracia. Ou não é jornal, é boletim de propaganda pessoal ou grupal”.

Na edição número 12, já sob novo comando editorial, o jornal volta a falar sobre seu funcionamento, em “Nota da Direção” assinada por Ben-Hur Mafra. “Um jornal democrático não só não está isento de saudáveis debates internos sobre a melhor forma de informar seus leitores, como – sobretudo – deve a estes mesmos leitores contínuas explicações sobre sua orientação editorial”. A seguir, o texto explica a substituição de Jefferson Barros por Fernando Saes no posto de editor-chefe, e garante a preservação do compromisso do jornal “com a democracia, a justiça social e a soberania nacional da Pátria brasileira. Esta posição, expressa com moderação e bom senso, que foi nossa constante desde a primeira edição, permanecerá intocada”. E assinala: “Nosso novo Redator-Chefe, Fernando Saes (...) assume suas responsabilidades (...) dentro de uma linha de continuidade de objetivos, embora, é claro, com outros métodos de trabalho”. Finaliza com uma conclusão que parece endereçar-se mais aos leitores que aos leitores do jornal: “Sempre visando o que o ‘Semanário de Informação Política’ quer ser: um jornal aberto. Sensível, sobretudo, às críticas que nos levem à ponderação”.

Na edição seguinte, os jornalistas se manifestam, em dois momentos: na Carta ao Leitor e no espaço reservado à opinião. Num texto escrito sob o título “o que muda no ‘Informação’”, assinado pela redação, os jornalistas se expressam desta forma:

... os redatores que permaneceram esclarecem aos leitores que os novos métodos de trabalho a que se referiu a direção significam, mais precisamente, necessidades de aperfeiçoamento do jornal como empresa e como veículo portador de informações, expectativas, aspirações e opiniões. O primeiro passo, (...) está sendo dado através da implantação de um sistema regional de distribuição e cobertura dos acontecimentos. (...)

Por outro lado, estamos cientes de que qualquer mudança quantitativa provoca, inevitavelmente, uma mudança qualitativa. No cumprimento deste novo objetivo (...) é que a redação (...) debate a conveniência de mudanças no jornal, que vão desde os aspectos gráficos até orientações redacionais (...).



Ao finalizar, apesar de remeter-se ao leitor, da mesma forma o texto parece se comunicar com o ambiente interno do jornal: “O leitor, por sua vez, tem o direito e o dever de exercer sobre o jornal uma vigilância crítica, afim de que sua missão seja cumprida, sem desvios de qualquer natureza”. Este debate revela as contradições existentes entre a equipe responsável pela edição do jornal. Não seria imaginável, em um jornal comercial, que os jornalistas pudessem publicar sua posição, quando esta, apesar de dialógica, não está em pleno acordo com a posição da direção. Fica claro o intenso clima de disputa política que se dava internamente entre os jornalistas que escreviam o *Informação* e os sócios-proprietários. A marca que ficou impressa no jornal apenas sinaliza uma intensa operação (FONTANILLE, 2005) que antecedeu a publicação das referidas edições: como fazer o jornal, quais tipos de matérias, qual a orientação política, quem fica, quem sai, como fica, como faz.

A edição de número 22 encerra a fase de Ijuí sem explicações. Não há nenhuma referência ao fechamento do jornal. Era o dia 9 de abril de 1976. O jornal permaneceu sem ser publicado por três meses, período no qual os colaboradores e jornalistas trataram de conseguir novos parceiros para dar continuidade ao veículo. A explicação é dada na primeira edição da fase de Porto Alegre, que inicia nova numeração, e observa que o fechamento deveu-se à conjuntura política (com as cassações de cinco deputados do MDB, em abril de 1976) e pela decisão do proprietário (provavelmente amparada por discussões de linha editorial e também por motivação econômica).

A publicação do jornal em Porto Alegre mantém um enquadramento para falar dos fatos, dado pelo apoio aos movimentos sociais, sindicais, aos trabalhadores, estudantes, miseráveis. E as linhas das matérias, artigos, análises, resenhas permanecem carregando em si mesmas o jogo estabelecido entre seus atores, evidenciando a presença da corporeidade, como diz Paolo Fabbri. Este estudo, como explicitado, limitou-se a traçar breves características do jornal quando de sua fundação e circulação em Ijuí.

Acervos do Informação

INFORMAÇÃO. *Semanário de Informação Política*. Ijuí: Editora Informação Ltda. Outubro de 1975 a abril de 1976.

Referências bibliográficas

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70*. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.



BRUM, Argemiro. Movimento Comunitário de Base. *Revista Ponto Homem*. Viamão/RS: Gráfica Dom Bosco, ano 43, nº 2, mai/jun 1968, pp 34-47.

COIMBRA, Delfino. In BONAMIGO, José Luiz; BASSO, Patrícia, orientação de Celestino Perin, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. *Rádio Progresso*. Ijuí/RS: Unijuí, 2002. Documentário. Projeto experimental de conclusão do curso de Comunicação Social. 1 DVD, 40min, col, som., DVD.

DUBET, François. *Curso sobre exclusão social*. Conferido na Universidade de São Paulo, 9 a 13 de setembro de 1996.

FABBRI, Paolo. *El giro semiótico*. Tradução de Juan Vivanco Gefaell. Barcelona: Gedisa, 2000.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O Informação. Ijuí, fevereiro de 2005. Entrevista realizada por correio eletrônico para obtenção de dados sobre as práticas jornalísticas e a produção do Informação.

FONTANILLE, Jacques. *Significação e visualidade*. Tradução de Elizabeth Bastos Duarte e Maria Lília Dias de Castro. Porto Alegre: Sulina, 2005.

FRANTZ, Walter. *Educação para o cooperativismo*. A experiência do Movimento Comunitário de Base de Ijuí. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2000. Coleção Cadernos Unijuí.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Estudo da participação em grupos da experiência de educação comunitária de Ijuí – RS – Brasil*. Rio de Janeiro: PUCRS. Tese, Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1973.

GUEDES, José. Jornalismo em Ijuí nos anos 1970. Ijuí, 17 de fevereiro de 2007. Entrevista realizada para a contextualização histórica do trabalho dos jornalistas em Ijuí durante a ditadura.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LAZZAROTTO, Danilo. *História de Ijuí*. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2002.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org). *O jornal: da forma ao sentido*. Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE IJUÍ. *Revista Informação*. Ijuí/RS: Ano XX, nº 56, nov 2004, p. 10.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE IJUÍ. *Revista Informação*. Ijuí/RS: Ano XX, nº 59, março 2005, p. 8.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

VERÓN, Eliseo. *Fragments de um tecido*. Tradução de Vanise Dresch. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2004. Série Comunicação.